

A Reforma Universitária de 1968: expansão e repressão

**Artur D'Amico Bezerra
Thiago Oliveira Custódio
Douglas Oliveira Custódio**

RESUMO: A Reforma Universitária de 1968 foi um marco no ensino superior brasileiro. O trabalho tem como objetivo a apresentação e análise do processo da Reforma Universitária do ensino superior público 1968 dentro das relações sociais no momento histórico em questão. A pesquisa tem como objetivos evidenciar o papel da Reforma Universitária como um instrumento político, do governo e analisar a interferência estrangeira, suas influências no processo de elaboração da Reforma Universitária, e dos movimentos sociais. Conclui-se que o processo de elaboração da Reforma Universitária foi marcado pela influência estrangeira, sobretudo americana, para a qual era importante a ideia de uma universidade voltada ao desenvolvimentismo, e pelos mecanismos de repressão que atuaram contra os movimentos sociais liderado pela UNE.

Palavras-Chaves: Reforma Universitária de 1968; Golpe civil-militar; UNE.

Introdução

A escolha do tema da Reforma Universitária, datada do ano de 1968, se colocou como objeto de estudo pela sua importância não só para a área da educação, como para toda sociedade brasileira, já que o processo em que se deu a Reforma Universitária mobilizou diversos setores da sociedade, como estudantes, professores, burocratas, intelectuais, autoridades do governo, etc.

Além do que, o processo de elaboração da Reforma Universitária aconteceu em meio a um contexto de governo militar. Em 31 de março de 1964, o presidente João Goulart foi deposto por um golpe civil-militar. O regime militar se utilizou de todo aparato possível para a manutenção da 'ordem' e da 'segurança nacional'.

No período que se inaugurou com a ditadura militar, o país estará inserido num processo de desenvolvimento, principalmente do setor industrial, que cumpriria o seu último ciclo no processo de substituição de importação: instalação de indústrias destinadas à construção de máquinas, indústria química e a consolidação da indústria de bens duráveis, com a expansão do capital monopolista, internacional e estatal (SINGER, 1995).

Por causa do momento vivido no país, ocasionado pelo desenvolvimentismo

(principalmente pós-64), foi necessário que se pensasse uma reformulação do ensino superior, pois seria ele quem teria a responsabilidade e a capacidade de ‘produzir’ a força de trabalho necessária para a demanda que se fazia presente naquele momento de aceleração do crescimento econômico no Brasil.

Por essa situação, o governo lançou mão de mecanismos que o auxiliassem a realizar a Reforma Universitária. Contratou uma consultoria, como de Rudolph Atcon, em 1965, tendo elaborado como estudo o Plano Atcon, que entre outros pontos, defendia a modernização da universidade por meio de uma ‘administração empresarial’.

Outra ferramenta utilizada foi a chamada Comissão Meira Mattos. Tratava-se de uma comissão instalada a pedido do governo, para levantar questões relevantes ao ensino superior, principalmente no tocante a artifícios capazes de reprimir o movimento dos estudantes, e a ameaça que representava a organização estudantil para o regime.

Os estudantes universitários, por sua vez, também elaboraram uma proposta que tinha como objetivo a reforma do ensino superior no país. Nesse sentido, este trabalho tem como objeto os debates em torno da reforma universitária, ocorrida no final dos anos 1960, analisando as propostas do governo brasileiro e da União Nacional dos Estudantes (UNE) a educação superior pública.

O trabalho tem como objetivo a apresentação e análise do processo da Reforma Universitária de 1968, como um novo modo de se pensar o ensino superior público dentro das relações de interesses das distintas classes sociais e agentes políticos da sociedade civil, especialmente do movimento estudantil, no momento histórico em questão

A pesquisa desenvolvida tem como referencial o método dialético, focando o aspecto histórico e as contradições presentes nesse processo da construção da Reforma Universitária nos anos de 1960. Para tal, a pesquisa foi realizada por meio de material bibliográfico, através de consultas às fontes secundárias, bibliotecas, sites oficiais e de pesquisas.

Evidencia-se o embate entre os projetos de Reforma Universitária disputados, como destaque, o projeto do governo subsidiado pelos mecanismos como Plano Atcon, Comissão Meira Mattos, acordos MEC-USAID e o Relatório do Grupo de Trabalho. E o projeto da UNE, subsidiado pelos debates, encontros e congressos estudantis, além das táticas utilizadas pelos estudantes para problematizar a reforma.

Para finalizar o trabalho, serão apresentadas as considerações finais sobre a discussão acerca da reforma universitária de 1968.

As diretrizes do regime militar para a universidade pública

Para entendermos as contradições presentes no processo de elaboração da Reforma Universitária de 1968, é necessário que, em primeiro lugar, resgatemos o período histórico em que a Reforma foi pensada e implantada, em segundo lugar, compreendamos a contradição do projeto de Reforma Universitária que estava colocado.

Cunha e Góes (1991) afirmam a tomada do poder no Brasil em 1964 não foi um simples golpe latino-americano, e sim uma articulação política de profundas raízes internas e externas, vinculada a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais expressivos. Tanto é verdade que, passados os primeiros dias do que poderia ser chamado de “situação de excepcionalidade”, assim como os próprios arquitetos e agentes do golpe se referiam àquele momento, o novo Estado apareceu rapidamente com metas e objetivos estabelecidos e programados, frutos dos estudos do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais).

Novos mecanismos foram desencadeados. A repressão se abateu sobre os intelectuais comprometidos com as reformas, e o Estado foi buscar meios de criar novos quadros, inclusive no campo da educação. Não precisou de muito tempo. Ao seu alcance estava sua fonte de poder: a Aliança para o Progresso. A USAID, agência confiável para o governo, encarregou-se desta missão.

Os acordos MEC-USAID cobriram todo o nível da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e a veiculação de livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brecha. Só mesmo a reação estudantil, o amadurecimento do professorado e a denúncia de políticos nacionalistas com acesso à opinião pública evitaram a total demissão brasileira no processo decisório da educação nacional (CUNHA:GÓES, 1991).

O governo imposto pelo movimento de 1964 apressou-se em fazer a reforma universitária, mas para objetivos e por caminhos com os quais o movimento estudantil, liderado pela UNE proclamou não concordar. Os acordos MEC-USAID foram “[...]considerados pelo movimento estudantil como sendo contrários à soberania nacional, proibitivos em relação à participação estudantil na definição da política

educacional e orientadores da transformação do ensino gratuito em ensino pago” (SANFELICE, 1986, p. 169-170).

Nesse sentido, segundo Fávero (1991), de um modo bem pouco sutil, uma das bases teóricas do projeto que será aprovado, a proposta de Acton, concentrava os poderes de decisão e a força de comando nas mãos do administrador, única figura a circular livremente por todos os setores da universidade: da cúpula decisória ao 'universo' dos executores. O gerente ou manager seria o verdadeiro senhor do governo da universidade, orientando e reverenciando o reitor, assessorado por seu conselho de ministros. O discurso do 'especialista tecnocrata', desde que se imbuía da 'verdade absoluta' contida em suas proposições, adequar-se-ia aos regimes autoritários, exigindo para sua efetivação um aparelho de Estado forte, que impedisse a contestação de qualquer grupo que viesse a pôr em dúvida sua pseudo-autoridade técnico-científica.

Para que a universidade fosse autônoma, deveria constituir-se como uma grande empresa privada, fugindo ao modelo de repartição pública. Em seu entender:

A implantação da autonomia administrativa e financeira (...) é dever inescapável da Nação. Tem de se estabelecer o critério de correspondência entre conhecimentos e experiências adquiridas, o cargo ou a ocupação exercida, as atividades realmente desempenhadas e a remuneração financeira que lhes equivale no mercado aberto de trabalho (ATCON, 1966, p. 81).

Acton defendia a extinção da cátedra, das faculdades e das escolas. Opunha-se sobretudo à identificação de cada uma delas com seu prédio, sua administração independente, seu corpo docente, seu equipamento e seus estudantes. O fim de todos estes elementos constitutivos da universidade tradicional, segundo o consultor, levariam a uma vasta ampliação do corpo discente sem perda da qualidade, o que poderia promover a melhoria do ensino e da pesquisa, fomentando a aplicação econômica dos sempre limitados recursos e desenvolvendo um serviço prestado tanto ao indivíduo como à comunidade, da qual a universidade recebe estes recursos e a qual, por isso, deve servir.

Entre as propostas e recomendações feitas por Atcon encontra-se a criação de um conselho de reitores das universidades brasileiras.

O CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras) seria um conselho fora dos ditames do serviço público, que permitiria “a organização séria e científica do planejamento universitário e da promoção de todos aqueles projetos que

possibilitariam a reformulação estrutural do ensino superior.” (ATCON, 1966, p. 118).

Esta recomendação foi imediatamente posta em prática: em 29 de abril de 1966, foi fundado o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), pouco depois reconhecido como entidade de utilidade pública em 31 de julho de 1972, por meio do Decreto nº 70.904, da Presidência da República. Rudolph Atcon não só foi convidado a organizar e estruturar o CRUB, mas nele trabalhou, como seu primeiro secretário executivo, de 1966 a 1968.

Para se entender a causa da Comissão Meira Mattos, é importante fazer uma breve referência ao movimento dos estudantes nos anos que precederam o golpe militar de 1964. Sua história caracterizara-se por ser de protestos: passeatas, greves e choques com a polícia. Com a extinção das entidades estudantis em decorrência da Lei Suplicy (Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964), aliada a outras medidas arbitrárias adotadas pelo governo em relação à universidade e aos estudantes, estes saem às ruas para protestar, apesar de todo o esquema de repressão policial. “Os anos 1964-1968, em especial, foram marcados pelo inconformismo desse movimento diante do governo autoritário e em face das medidas arbitrárias e repressivas adotadas pelo Estado”. (FÁVERO, 1991, p. 35).

Ainda segundo Fávero (1991), preocupado com os protestos e a ‘subversão’ no meio universitário, o presidente Costa e Silva instituiu, pelo Decreto nº 62.024, de 29 de setembro de 1967, uma comissão especial com a finalidade de propor medidas relacionadas com os problemas estudantis. De acordo com Boschetti (2007), essa comissão era presidida pelo coronel Meira Mattos, do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, promovido a general de brigada em 25 de abril de 1968. Dela faziam parte, “os professores Hélio de Souza Gomes, diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Jorge Boaventura de Souza e Silva, diretor da Divisão de Educação Extra-escolar do Ministério da Educação e Cultura, e Affonso Carlos Agapito de Vasconcelos, da secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional.

De acordo com Fávero (1991) o decreto que criou a Comissão Especial tinha os seguintes objetivos:

a) emitir parecer conclusivo sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis;

b) planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais, no setor estudantil;

c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do ministro do Estado.

O relatório do general Meira Mattos, compreende doze anexos todos assinados por ele, que estão aqui transcritos: 1) sugestão aprovada na reunião de 10 de janeiro de 1968 e apresentada ao ministro, visando uniformizar o procedimento de todas as universidades e faculdades em face do pagamento das anuidades no ano de 1968; 2) trabalho elaborado pela Comissão Especial, destinado a propor uma solução para o problema do restaurante do Calabouço, na UFRJ; 3) linhas de ação propostas para o caso de o governo desejar aliviar a pressão dos excedentes; 4) sugestões encaminhadas ao ministro da Educação e Cultura a respeito dos chamados “excedentes de 1967”; 5) referências ao disposto nos artigos 18, 72, e 73 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, assim como o Decreto nº 60.841, de 9 de junho de 1967; 6) justificativa e dois projetos de decretos, ambos visando ao fortalecimento do princípio de autoridade nas universidades e escolas isoladas; 7) referências à situação disciplinar na UFMG; 8) síntese feita a partir de relatório elaborado pelo presidente da Associação de Professores Licenciados de Minas Gerais (APLIMIG), dirigido ao general Jansen Barroso, comandante do ID-4 em Belo Horizonte, e destinado a propor soluções para a “problemática do ensino médio em Minas Gerais”; 9) solicitação da Comissão ao secretário de Obras do Estado da Guanabara de informações sobre se as instalações contíguas ao restaurante Calabouço pagavam aluguel à superintendência de Urbanização e Saneamento (Sursan); 10) solicitação de informações sobre a utilização das instalações anexas ao restaurante Calabouço; 11) comunicação referente ao término dos trabalhos da Comissão Especial. (FÁVERO, 1991; BOSCHETTI, 2007)

Em relação a autonomia universitária, no Conselho Federal de Educação (CFE) existia uma forte tendência que se traduzia na orientação de que “um curso superior representava sempre uma real necessidade para o meio, devendo ser autorizado sempre que fossem satisfeitas as exigências mínimas relacionadas com os recursos humanos e materiais” (FÁVERO, 1991, p. 44).

Neste ponto, a crise de autoridade no sistema educacional era apontada como aspecto que mais dificultava a sistematização e a prática de uma política educacional. A Comissão assinalava a limitação, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ao poder Executivo, devida aos poderes atribuídos ao Conselho. Observa que, em alguns casos, o ministro funcionava como simples executor de decisões desse Conselho; e não só o ministro, como também o próprio presidente da República, em assuntos ou questões de

natureza pedagógica e educativa, devia solicitar o seu parecer.

Em relação à liberdade de cátedra, a Comissão considerava ser ela muitas vezes tomada em sentido equívoco. Lembra que este ‘privilégio’ não isentava ninguém do dever de respeitar outros princípios legais aos quais todos estão subordinados. E, tanto é assim, insiste o Relatório, que o professor, embora tivesse liberdade de cátedra, não podia usá-la arbitrariamente. Segundo este, a liberdade de cátedra jamais implicou a ‘licença’ ou o ‘privilégio’; licença para abuso de cátedra (tão nefasto como a coação) ou ‘privilégio que a isentasse do dever que a todos incumbe de respeitar outros princípios legais, cuja violação acarretaria a repressão penal.

Entre os pontos de estrangulamento do sistema educacional mais enfatizados encontravam-se a ausência de fiscalização na aplicação de recursos públicos no setor educacional e a falta de esforços no sentido de serem encontradas novas fontes de financiamento da educação. Segundo o Relatório, os recursos cresciam para o setor educacional de ano para ano, enquanto os aparelhos de fiscalização emperravam. De modo geral, considerava-se baixa a produtividade do sistema de ensino, explicada em grande parte pelo desperdício de recursos (FÁVERO, 1991)

Registrava-se também o emprego incorreto de subvenções, inclusive em entidades inexistentes, o que representava desvio criminoso de verbas públicas. Para a Comissão, o combate a estas irregularidades deveria ser acompanhado de medidas que apresentassem soluções para novas fontes de financiamento, como: (BOSCHETTI, 2007)

1º) supressão da gratuidade no ensino superior e criação do Banco Nacional de Educação, com a finalidade de suplementar as despesas públicas com a educação, através do financiamento e de distribuição de recursos;

2º) entrosamento do poder público com as empresas privadas e pessoas jurídicas, através de incentivos fiscais.

Para Meira Mattos, em particular, contando-se apenas com recursos públicos não haveria condições de solucionar os problemas do ensino superior.

Para satisfazer a curto prazo não só a demanda, como também contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico e técnico, destacam-se:

- a) redução dos currículos;
- b) diminuição da duração dos cursos de formação profissional;
- c) adoção do regime de créditos, implicando a matrícula por disciplina e a substituição do ano escolar, por semestre ou trimestre, o que permitiria a

entrada de mais de uma turma por ano em cada curso, e possivelmente contribuiria para aumentara produtividade das instituições de ensino superior.

Além dessas medidas, a Comissão apresenta outras que foram absorvidas pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária: a introdução do vestibular unificado, para cada campo do conhecimento, possibilitando o aproveitamento de todas as vagas existentes ou ociosas em alguns cursos superiores de pequena demanda, e a instituição do ciclo básico, comum para cada área do saber. Após o ciclo básico, os alunos poderiam orientar-se para ‘cursos especializados’ – visando à formação de professores secundários, de técnicos laboratoriais, engenheiros operacionais – ou seguir curso mais prolongado para carreiras que exigissem nível mais alto de especialização – medicina, direito, engenharia. Os mais capacitados poderiam chegar à pós-graduação (mestrado e doutorado).

A Comissão diz ter chegado a uma conclusão básica, fundamental: “A problemática da educação brasileira precisa ser submetida a uma reformulação total. Precisa renovar-se e dinamizar-se” (FÁVERO, 1991, p. 52).

O Plano Atcon e o Relatório Meira Mattos são exemplos de como o Estado militarista criou mecanismos de coerção e de penetração consensual para manter a hegemonia e legitimar-se. O ‘proibicionismo’ – termo usado por Gramsci (1978), para designar uma das condições necessárias à implantação do fordismo - que nos EUA referia-se à restrição de bebidas alcoólicas, poderia ser ampliado para definir a mentalidade autoritária do Estado brasileiro nos anos de 1960 e 1970: a coerção – a mais extrema ou mais sutil – tudo ‘proibia’.

Nesse sentido, valia a separação entre trabalho executivo e de criação, mas não valia a perda de controle; valia o planejamento como fruto de racionalidade técnica e não política, mas não valia despojar do planejamento a política do Estado ditador, sua ‘mão militar’; valiam menos verbas para a universidade, mas não valia deixar de controlar, mesmo que de forma indireta, sua produção. (FÁVERO, 1991)

Nos documentos Atcon e Meira Mattos, a educação é encarada como fator primordial de desenvolvimento econômico e de integração nacional, beneficiando a longo prazo igualmente a todos. Atribuem à educação o papel de modeladora do futuro da sociedade. Ela racionaliza e unifica a vida social e moderniza a nação, gerando o progresso. A dimensão de ‘classe social’ é anulada e oculta-se a reprodução das relações de classe através da mediação de estrutura ocupacional, diluindo tudo na idéia de nação.

A educação assume, assim, uma forte função mistificadora e ideológica.

Não podemos esquecer que o final da década de 1960 foi marcado pelo início do ‘milagre econômico’, e a política do governo para o conjunto da sociedade brasileira se concentrou em dois eixos: extrema centralização do poder Executivo e alinhamento com os interesses econômicos internacionais. Os últimos anos de 1960 caracterizaram-se também por grande fechamento político, culminando com o decreto do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968.

As propostas da UNE na luta contra o regime militar

No autoritarismo que se iniciou em 1964, surgiram, dentre várias preocupações constantes, aquelas relacionadas à universidade brasileira, ao movimento estudantil e, de forma geral, à educação. O movimento de 1964, obviamente, não havia se preparado para atacar ou combater de maneira específica essas instituições ou movimentos, mas na prática não se furtou a fazê-lo. O que acontecia era que parte das instituições universitárias brasileiras, a UNE e a concepção de educação nacional vinha sendo influenciada por alguns princípios da ideologia nacional-reformista e liberal-democrática.

No ano de 1966, o movimento estudantil não ficou apenas em função de mobilização em torno das questões da política educacional e da Reforma Universitária. O Congresso de Belo Horizonte, por exemplo, apontou para objetivos bem mais amplos: luta contra a política econômico-financeira que os estudantes entendiam como orientada no sentido de fazer parte da economia nacional; luta pela revogação dos Atos Institucionais, importantes instrumentos de arbítrio da ditadura; luta pela liberdade de organização política; luta, enfim, contra os objetivos do movimento de 1964 e as suas estratégias. Dentre as propostas básicas, havia a de abrir a universidade ao conjunto da sociedade brasileira, sem distinção de classes sociais.

De acordo com os documentos apresentados no estudo da UNE (Congresso de Belo Horizonte, 1966), a entidade afirmava que seu objetivo era a transformação revolucionária da estrutura socioeconômica do Brasil.

O movimento estudantil ganhou impulso nos anos de 1967-1968, opondo-se às demissões arbitrárias de professores, às restrições que estavam sendo impostas à autonomia universitária e à própria organização dos estudantes, ou protestando contra a

‘Reforma Universitária’ que ia sendo implementada pelo governo em decorrência dos acordos entre o MEC e a USAID. A UNE, por meio de suas atividades consideradas ilegais, continuou buscando apoio, e a apoiar-se nos outros segmentos da população que não fossem os universitários.

À medida que o movimento estudantil denunciava a ‘seleção’ econômica que acontecia nos vestibulares, ou seja, o ensino superior como privilégio da classe dominante, e a acentuada insuficiência de vagas que ainda permanecia, gerando grande número de alunos excedentes, conseguia expressar anseios e necessidades das camadas médias da população, que cada vez mais tinham maiores expectativas com relação às oportunidades educacionais de seus filhos.

O problema maior do confronto entre o movimento estudantil e os governos do movimento de 1964, entretanto, pareceu decorrer do avanço teórico que a UNE obteve em suas análises, estabelecendo algumas relações entre as questões educacionais e os aspectos mais gerais do processo econômico e político brasileiro. Nas Teses da UNE, que se acompanhou neste trabalho, por exemplo, apareceu o emprego de um conjunto de categorias teóricas, inclusive marxistas (luta de classes, imperialismo, burguesia, proletariado), que viabilizaram a construção de uma visão histórica do Brasil, bastante ampliada, bem como a visão crítica das forças sociais que desempenharam papel relevante no movimento de 1964 ou nas tentativas de resistência a ele.

A questão da Reforma Universitária, nas Teses da UNE, passou a ser entendida como problema integrado às condições sócio-econômicas e políticas, problema determinado pelo processo histórico de desenvolvimento brasileiro, atrelado e subordinado às exigências ‘imperialistas’. A universidade brasileira da época foi identificada como local onde o ‘imperialismo’ e a ditadura militar se encontravam, impondo sua ideologia, visando conseguir um pensamento uniforme para formar as personalidades de acordo com sistema capitalista. (SANFELICE, 1986)

Os avanços teóricos de auto-compreensão que o movimento estudantil realizou por meio das Teses da UNE possivelmente aumentaram as preocupações das pessoas ligadas ao movimento de 1964. Deixando de se ver como pólo social básico do confronto que estava ocorrendo na sociedade brasileira, o movimento estudantil explicou que o antagonismo fundamental era entre a burguesia e o proletariado.

Neste sentido, para Florestan Fernandes, a Universidade se havia tornado uma miniatura da sociedade global: uma escola altamente hierarquizada, rígida e exclusivista, que transforma “(...) a atividade educacional em fonte de poder. E como a

Universidade é parte e fruto de um modelo político cultural, acaba por reproduzir os interesses dos setores privados das classes privilegiadas” (FERNANDES, 1975, p. 73).

Assim, as propostas do movimento estudantil exigiam uma transformação completa da sociedade brasileira. E enquanto o movimento estudantil se colocou como vanguarda, os governos militares o trataram como inimigo principal, mas agora que os próprios estudantes não se reconheciam com essa posição, o risco passou a ser o de eles se fortalecerem, com base nestas propostas, onde realmente dispunham de muito mais força, na universidade. O ‘Programa Mínimo’ das Teses da UNE implicou um destaque maior das questões educacionais, da reforma universitária e do próprio movimento estudantil. (SANFELICE, 1986)

Um dos problemas mais sérios enfrentados pela UNE no ano de 1968, além do enfrentamento com a repressão, foi a proporção cada vez maior das manifestações de rua, que passaram a ocorrer sem que houvesse a possibilidade de um certo comando ou controle.

Para o combate ao movimento, com o ano de 1968 foi baixado o Ato Institucional nº 5, que serviu para que burocratas, militares, professores, advogados, estudantes e professores pudessem ser processados com o ‘amparo da lei’.

Naquelas circunstâncias, professores, universidades e o movimento estudantil sofreram um desdobramento do Ato Institucional nº 5, ou seja, o Decreto Lei nº 477, que passou a ser o instrumento disciplinador e aterrorizador tanto da política estudantil como da prática docente.

Fechando este ciclo, a Reforma Universitária foi publicada no Decreto-Lei nº 5.540, em 28 de novembro de 1968. Sua efetivação como lei não encerrava as questões para as quais foram decisivas para sua elaboração. Na realidade, a reforma universitária simbolizou a vontade de uma política educacional dotada de um sentido centralizador, e ao mesmo tempo, de abertura da universidade brasileira, focando a expansão privada do ensino superior.

Considerações Finais

Mesmo que a Reforma Universitária tenha sido elaborada, e efetivada “de cima para baixo”, ou “imposta” pelo governo sem discussão, é inegável a sua centralidade para o ensino superior brasileiro naquele período.

As mudanças previstas no texto da Reforma Universitária não foram colocadas

em prática logo após o ato de sua publicação. As mudanças foram sendo efetivadas no decorrer dos anos seguintes a 1968.

Os assuntos colocados em pauta pela reforma universitária estão até hoje nas discussões do ensino superior público brasileiro, como o sistema de créditos, o vestibular unificado, autonomia universitária, etc. Claro que esses assuntos são discutidos hoje, em um contexto histórico bem diferente do que no processo da reforma universitária dos anos 1960. Além disso, também a estrutura do ensino superior é marcada, até o presente, por disposições da Reforma Universitária de 1968. Podemos citar como exemplos o sistema departamental e a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.

Com as novas normas contidas na reforma universitária foi possível aumentar o número de vagas das instituições de ensino superior, principalmente com o aparecimento das instituições privadas. Não houve, contudo, significativa expansão das instituições públicas, a elas coube a tarefa de se reestruturar no sentido de atender às demandas de se tornarem mais ‘eficientes’ e menos subversivas. A expansão, visando atender a demanda sempre crescente pelo ensino superior, será efetivada por meio do ensino privado.

O movimento estudantil, liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), a partir de 1968 inicia um período mais difícil. Já no XXX Congresso de Ibiúna, realizado clandestinamente, todos os participantes foram presos, incluindo todas as principais lideranças estudantis. Após esse episódio, o governo só fez endurecer o regime e a perseguição ao movimento estudantil. Com isso, após anos em que a atuação estudantil foi calada, a UNE só irá se reestruturar em 1979, no Congresso de Salvador, chamado de “Congresso de Reconstrução” da entidade.

Como proposta para a universidade pública o governo continuou a pensar o ensino superior como um apoio ao setor econômico, servindo de base científica e ampliando a oferta de força de trabalho, de acordo com o ritmo do mercado. Por sua vez, os estudantes, continuaram a reivindicar mudanças na estrutura geral do ensino superior público, mas, visando não um desenvolvimento econômico país atrelado aos interesses do mercado, e sim um desenvolvimento que contemplasse a transformação social.

REFÊRENCIAS

BRASIL. MEC. **Reforma universitária**: relatório do grupo de trabalho. Brasília: 1983.

BOSCHETTI, V. R.. Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64. **Revista Histedbr On Line**, Campinas, n. 27, p. 221-229, set. 2007.

CUNHA, L.A.; GÓES, M. de. 7.ed. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FÁVERO, M. de L. de A. **Da Universidade "modernizada" À Universidade Disciplinada**. São Paulo: Cortez, 1991.

GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SANFELICE, J. L.. **Movimento Estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

SINGER, P. **Interpretação do Brasil**: uma experiência história do desenvolvimento. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *O Brasil republicano*: economia e cultura (1930-1964). 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 209-245. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v. 4).